

Ensino, pesquisa e extensão integrados aos problemas do Brasil e do mundo



» ROZANA REIGOTA NAVES
Reitora da Universidade de Brasília (UnB)

O mundo está passando por uma profunda transformação na arquitetura do poder internacional, marcada pelo declínio relativo da hegemonia ocidental e a ascensão de novas potências. O sistema unipolar, que prevaleceu após a Guerra Fria, dá lugar a uma ordem multipolar, na qual países como China, Índia, Brasil e organizações como os Brics ganham cada vez mais protagonismo nas negociações globais. Essa mudança se reflete em disputas por influência econômica, militar e cultural, e em reconfigurações de alianças políticas e de instituições internacionais.

A crise climática tem sido um dos maiores desafios do século 21, com impactos já visíveis em todo o mundo: aumento da temperatura média, eventos extremos mais frequentes e intensos, derretimento das calotas polares, elevação do nível do mar e perda de biodiversidade. A emergência climática não é apenas uma questão ambiental, mas também social, econômica e política, afetando especialmente populações vulneráveis e países em desenvolvimento. A necessidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, adaptar-se às mudanças já em curso e promover a transição para uma economia de baixo carbono torna-se urgente e inadiável.

A emergência climática ocorre em um planeta cujos recursos estratégicos são objeto de disputa crescente entre Estados, corporações e populações locais. Água, terras raras, minerais críticos, petróleo e gás constituem vetores simultâneos de crise ambiental e de conflito geopolítico. O Brasil ocupa posição singular nesse tabuleiro: detentor de vastas reservas de água doce, de minerais estratégicos na Amazônia e no Cerrado e de petróleo no pré-sal, o país é simultaneamente alvo de pressões externas, palco de conflitos territoriais, e ator com capacidade real de influenciar os termos da transição ecológica global.

A inteligência artificial (IA) está se tornando uma das tecnologias mais transformadoras do nosso tempo, com aplicações em praticamente todos os setores da economia e da sociedade. Seu desenvolvimento rápido traz oportunidades significativas, como a melhoria da produtividade, a inovação em serviços de saúde, educação, transporte e comunicação, e a solução de problemas complexos. No entanto, também levanta questões importantes sobre ética, privacidade, segurança, impacto no mercado de trabalho e desigualdades digitais.

O futuro da democracia dependerá da capacidade das instituições de responderem às demandas da sociedade, corrigirem as falhas do sistema e se abrirem a novas formas de participação e representação. Em um mundo cada vez mais complexo e interligado, o desafio é construir sistemas políticos que sejam ao mesmo tempo estáveis, justos, participativos e capazes de enfrentar os grandes desafios globais do nosso tempo.

Nesse cenário marcado por transformações tecnológicas, desigualdades sociais e crises globais, a educação se redefine como espaço de construção de conhecimento e cidadania, enquanto as uni-

versidades enfrentam pressões para se adaptarem, sem descaracterizarem sua capacidade crítica e sua função pública. Cabe às instituições de educação superior responderem às demandas sociais e econômicas que questionam modelos herdados, exigindo maior inclusão, descolonização do saber e vínculo com as realidades locais.

O seminário Espírito do Tempo é um chamado à integração do ensino, da pesquisa e da extensão aos problemas reais do país e do mundo. O objetivo é refletir, de forma criativa, crítica e transdisciplinar, sobre temas e controvérsias que desafiam a humanidade, tendo como pressuposto que tudo está interligado. Com isso, pretendemos romper com a fragmentação das análises sobre temas tão complexos. A iniciativa busca, ainda, fortalecer o papel da universidade como espaço de produção de conhecimento, diálogo democrático e construção coletiva de alternativas para os desafios do presente e do futuro.

O seminário destina-se à comunidade universitária e integrantes das instituições parceiras — a Comissão Brasileira Justiça e Paz e a Escola Nacional Florestan Fernandes —, assim como das entidades representativas dos três segmentos da UnB — ADUnB, DCE e Sintfub. Esperamos que o público participe ativamente de cada uma das conferências e leve as discussões para os demais membros da comunidade e para os seus espaços de atuação, salas de aula e pesquisas, projetos de extensão, entre outros.

O seminário está dividido em dois grandes blocos. O bloco 1 será de hoje a 28 de agosto. O bloco 2, de 28 de setembro a 2 de outubro. Os debates ocorrerão sempre às 17h e às 19h30, no Auditório da ADUnB.

Sucesso da agricultura tropical depende de regulação sob medida



» ANA PAULA REPEZZA
Presidente da CropLife Brasil

Há algo de profundamente brasileiro no modo como a luz do sol incide aqui: mais intensa, mais longa, acompanhada de uma umidade que tanto impõe quanto generosamente oferece. O Brasil é um país tropical, e isso não é apenas coordenada geográfica, é uma condição de existência, uma forma de ser, uma identidade construída por séculos na relação entre nosso povo, nossa natureza e nossa produção.

No setor rural, esse perfil é igualmente singular e desafiador. Quando técnicos e pesquisadores usam o termo “agricultura tropical”, referem-se a um conjunto de práticas e soluções específicas para regiões de clima quente e úmido, com alta biodiversidade, ciclos hidrológicos intensos e pressão elevada de pragas. Essas condições são muito diferentes do clima temperado, onde surgiu parte das referências técnicas e regulatórias adotadas em todo o mundo.

Por isso, a agricultura tropical não podia nascer da simples importação de manuais estrangeiros. Precisava de ciência própria. A criação da Embrapa, em 1973, deu escala a esse esforço e adaptou e gerou tecnologias para o campo brasileiro. Curiosamente (ou nem tanto assim), no mesmo período histórico o Tropicalismo explodia nos palcos e nos discos. Um movimento científico e um cultural, quase simultâneos, partindo da mesma intuição: o Brasil não precisava fugir da sua condição nativa, nem replicar referências de fora, para ser relevante. Precisava assumi-la como identidade, criativa na música, tecnológica no campo, e transformá-la em vantagem.

Guarde esse pensamento e aplique-o ao campo, décadas depois.

A terra roxa do Paraná, o latossolo vermelho-amarelo do Cerrado, o solo massapê do Nordeste: cada terroir agrícola brasileiro exigiu que ciência e prática dialogassem para soluções próprias.

Não é coincidência que o Brasil tenha se consolidado entre os principais produtores de alimentos e se tornado o maior exportador mundial de soja, café, laranja, açúcar e carne bovina, mantendo ainda 66,3% do nosso território coberto por vegetação nativa. Um índice que nenhum outro grande produtor agrícola do mundo pode apresentar.

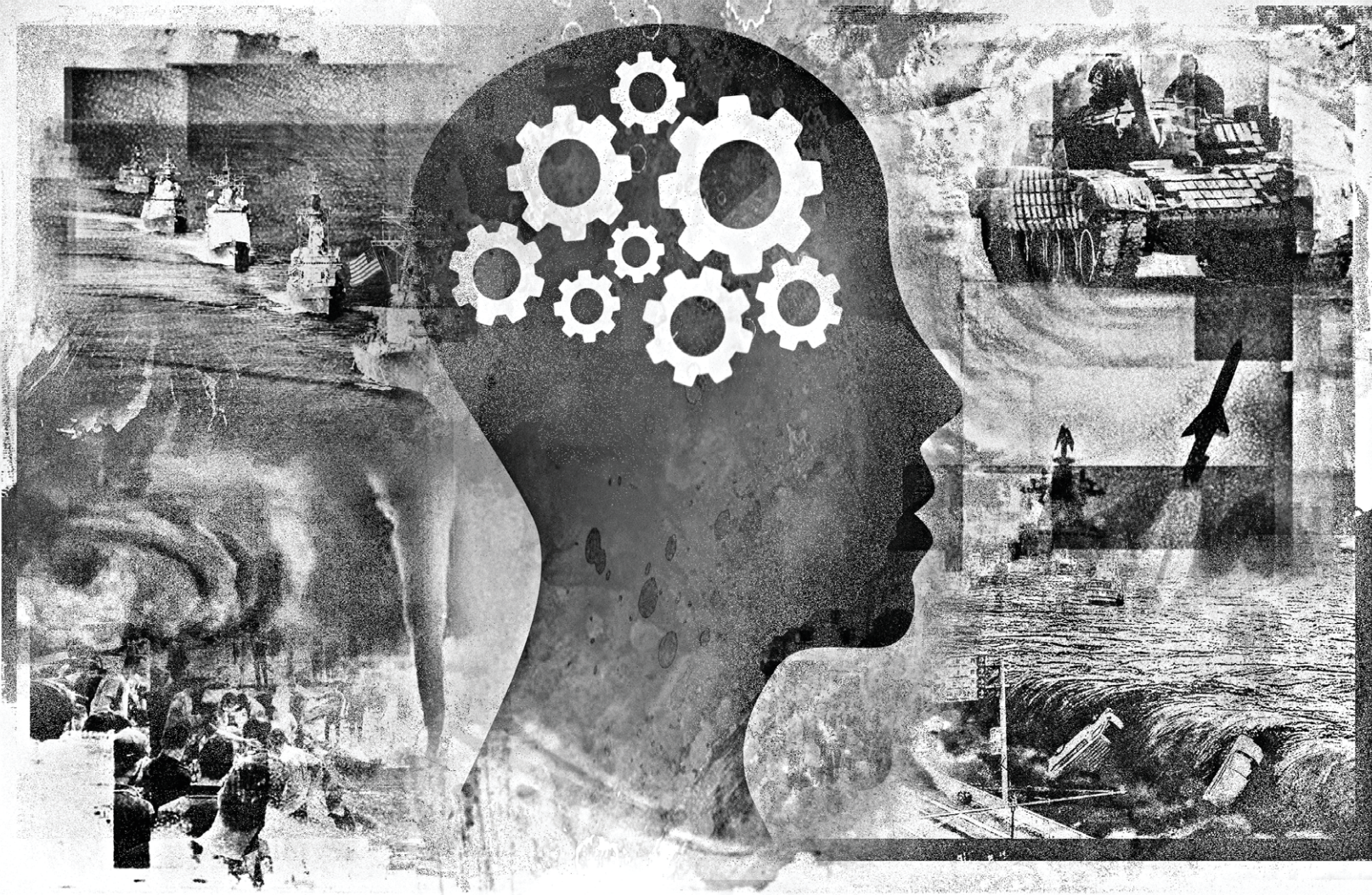
Esses números positivos dependem de uma equação com duas partes: base científica e regulatória adequadas aos nossos desafios. E é o ponto central da campanha O que é que só o Brasil tem?, da CropLife Brasil: o que sustenta o crescimento do agronegócio brasileiro é a capacidade de transformar conhecimento tropical em regras previsíveis, que acompanhem a velocidade de nossas pragas, safras e, cada vez mais, extremos climáticos como o El Niño, que testam com mais frequência a resiliência que levamos décadas para construir.

O modelo de produção do Brasil, mais que questão interna, é base da segurança alimentar global. É nesse contexto que falamos de autonomia regulatória: nossa agricultura tropical não pede pressa por pressa; demanda pesquisa constante, previsibilidade e processos mais ágeis, que acompanhem o tempo do nosso campo, não o calendário de países de clima estável. Já demonstramos plenamente, nas últimas décadas e ainda hoje, nossa capacidade de responder a esse desafio e de estabelecer parâmetros próprios, baseados em ciência e compatíveis com as características da nossa agricultura.

O que é que só o Brasil tem? não é uma pergunta retórica. A campanha convida a olhar para o campo brasileiro da mesma forma com que vemos a nossa cultura: com orgulho, curiosidade e a consciência de que o que temos é único, precioso e digno de proteção.

Quando o Brasil investe em seu desenvolvimento científico e tem um modelo regulatório à altura e compatível com a realidade, o campo avança, a produção cresce, as exportações se fortalecem e toda a sociedade colhe os resultados. Preservar essa conquista exige continuar investindo em pesquisa e inovação.

O que só o Brasil tem é a potência para alimentar o país e o mundo. E isso merece ser dito em voz alta.



Quando a violência ainda não tem nome



» ALLINE CEZARANI
CEO da Rede Santa Catarina

Por muito tempo, acreditamos que o momento mais importante no enfrentamento da violência contra a mulher era aquele em que ela podia ajuda. Hoje, depois de conhecer tantas histórias, acredito que esse momento, na verdade, acontece muito antes: é quando uma mulher descobre, pela primeira vez, que aquilo que ela vive tem nome. Violência. A Lei Maria da Penha completou duas décadas. É uma das legislações mais importantes da nossa história, responsável por transformar a forma como o Brasil enfrenta a violência contra a mulher e por criar mecanismos fundamentais de proteção. Mas, 20 anos depois, uma pergunta continua a nos inquietar: por que tantas mulheres demoram para buscar ajuda?

Parte da resposta está no fato de que muitas não reconhecem o que vivem. Segundo pesquisa Datafolha e Movimento Mulher 360, embora a violência contra a mulher seja considerada uma das formas

mais graves de criminalidade do país, uma parcela significativa dos brasileiros não reconhece como violência atitudes como controlar o salário da parceira ou impedi-la de sair sozinha para uma confraternização. Isso mostra que a violência começa antes mesmo de ser percebida como tal, escondida em comportamentos tratados como rotina.

O dado revela algo que vai além da segurança pública: ainda naturalizamos formas de violência que corroem a autonomia feminina. A agressão física é o ponto de ruptura, quase nunca o de partida. Antes dela, há o controle financeiro. A humilhação, isolamento, vigilância constante. A ameaça que não se concretiza, mas passa a silenciar e orientar cada decisão. Essas marcas não aparecem em exames de corpo de delito. Aparecem na forma como alguém deixa de falar, sorrir e confiar em si.

Nos últimos dois anos, vimos essa realidade por meio do Programa Florescer, criado para acolher colaboradoras em situação de violência doméstica. Mais que oferecer apoio psicológico, social e jurídico, a iniciativa ensinou algo que não aparece nos manuais: antes de ajudar a mulher a romper com o agressor, muitas vezes é preciso ajudá-la a compreender seus direitos e que aquilo que vive não é normal.

Durante o atendimento, boa parte revela que o companheiro controla seu dinheiro “porque ele sempre organizou as contas”. Outras contam que

deixaram de ver familiares para evitar conflitos, que precisam mostrar mensagens ou esconder onde estiveram. Narram as situações como quem descreve a rotina. Não porque aceitem a violência, mas porque nunca aprenderam a reconhecê-la.

Quando a mulher compreende que abusos psicológicos, morais e patrimoniais são formas de violência, passa a enxergar sua própria história sob outra perspectiva. O primeiro passo nem sempre é denunciar. Por vezes, é voltar a confiar na própria percepção, recuperar a capacidade de decidir e entender que existe uma rede preparada para apoiá-la, disposta a respeiatar seu tempo e suas escolhas.

Imaginamos, por anos, que a porta de entrada para a rede de proteção fosse apenas a delegacia, o júri ou serviços especializados. E sim, eles são indispensáveis. Mas o pedido de ajuda pode surgir onde menos se espera: na empresa, no hospital, na escola. Na conversa com um colega. Criar ambientes seguros não significa substituir o papel do Estado. Significa reconhecer que a violência atravessa todos os espaços da sociedade e que temos responsabilidade e dever em ajudar a interrompê-la.

Esse é um dos grandes desafios para os próximos anos da Lei Maria da Penha: fazer com que todas consigam reconhecer quando seus direitos passam a ser violados. Porque nenhuma mulher deveria precisar esperar a primeira agressão para entender que a violência já havia começado.